



X

26 A 28 DE SETEMBRO • 2019

CONGRESSO DO SINTRASEM

Organizar a luta em defesa do
Serviço Público Gratuito e pelos
Direitos da Classe Trabalhadora

CADERNO DE RESOLUÇÕES

CADERNO DE RESOLUÇÕES

X

26 A 28 DE SETEMBRO • 2019

CONGRESSO DO SINTRASEM

Organizar a luta em defesa do
Serviço Público Gratuito e pelos
Direitos da Classe Trabalhadora



APRESENTAÇÃO

O X CONGRESSO DO SINTRASEM ocorreu em um momento que ficará marcado na história pelo duro enfrentamento às políticas de destruição do serviço público e dos direitos dos trabalhadores, tanto no âmbito municipal, quanto no estadual ou no nacional.

A análise e discussão das teses apresentadas pelos diferentes grupos de opinião que compõem a categoria – cada qual com sua perspectiva para a luta sindical, mas todas comprometidas com a defesa do povo trabalhador – garantiram um diálogo produtivo e resoluções que organizarão o combate da categoria aos governos que atacam nossos direitos: Bolsonaro, Moisés e Gean.

Este foi o maior congresso já realizado pelo SintraseM, com 220 delegados e delegados inscritos, e sete teses, demonstrando a força que nossa categoria tem a partir dos locais de trabalho e a sua capacidade organizativa, a qual precisamos defender, aprimorar e fortalecer.

Nas próximas páginas são apresentadas as resoluções que foram aprovadas pelos participantes do X CONGRESSO DO SINTRASEM, em plenário, e que nortearão as políticas do sindicato pelos próximos três anos, além de moções. Boa leitura a todos e todas!



MESA DE ABERTURA: Lizeu Mazzioni, presidente da Federação dos Trabalhadores Municipais de SC (FETRAM); Jucélia Vargas, representando a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM); Renê Munaro, presidente do SintraseM; e Anna Julia Rodrigues, presidenta da Central Única dos Trabalhadores de SC (CUT-SC).

ÍNDICE

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL	07
CONJUNTURA NACIONAL	10
3. CONJUNTURAS ESTADUAL E MUNICIPAL	13
ORGANIZAÇÃO SINDICAL	16
5. PLANO DE LUTAS.....	19
MOÇÕES	26

RESOLUÇÃO CONJUNTURA INTERNACIONAL



A crise financeira de 2008-2009 soou o alarme. As forças produtivas se tornaram cada vez mais destrutivas. A intervenção com trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro só aumentou os déficits públicos, que agravaram cortes e reduções de direitos. A concorrência selvagem, a superprodução de capitais e a baixa dos juros levaram os Estados a tentar se refugiar num protecionismo impossível. O parasitismo ampliou com a "uberização" da economia e a dita transição digital. Uma nova onda de desindustrialização tocou no coração da economia: a produção da mais-valia. Nessas condições, a queda tendencial da taxa de lucro levou a uma ofensiva inédita contra as conquistas de classe. A guerra comercial

de Trump contra a China não pode ir até o fim. Os EUA são dependentes da China, e a China, por sua vez, depende do mercado mundial dominado pelo dólar. Na Europa, os governos destroem as conquistas do pós-45. A União Europeia era um quadro de concertação dos governos para organizar os ataques aos trabalhadores e povos; hoje, pela crise, pela ofensiva de Trump e pela resistência das massas, esse quadro está em vias de desagregação (Brexit). A ofensiva capitalista ameaça desagregar nações, mas é o único meio do sistema sobreviver, inclusive pilhando em guerras. A América Latina, com suas particularidades, não poderia durar como uma exceção à regra: aqui, os golpes do imperialismo acabaram facilitados pelo impasse a

que conduziram os governos "progressistas" ao evitarem romper com o imperialismo e frearem as massas. Mas são ainda essas massas que empurram o governo Obrador no México a medidas que confrontam o imperialismo, que no Brasil tentam usar suas organizações contra os ataques do governo pró-imperialista de Bolsonaro, que na Venezuela resistem à ingerência estadunidense enquanto faltam as medidas econômicas e sociais do governo Maduro de ruptura que protejam os trabalhadores e a nação do bloqueio imperialista. É a resistência que em várias partes do mundo pode originar explosões revolucionárias. Foi o que ocorreu na Argélia, nas manifestações contra o regime, e na França, com os "coletes amarelos". São movimentos que vem de baixo, muitas vezes de fora das organizações, mobilizando as camadas mais oprimidas e exploradas.

O capitalismo, do início aos dias atuais, é voltado para o lucro e não para as necessidades humanas. O objetivo primeiro e último do capitalismo é o lucro. Esse é um dos motivos pelo qual ele deve ser destruído. O lucro exige superproduções que ao não serem absorvidas levam à crise; ou seja, as crises capitalistas são geradas por sua própria lógica econômica. A crise atual iniciada em 2007/2008 inaugurou um processo recessivo internacional que até agora não deu sinais de recuperação. Não houve aumento significativo de investimentos que permitissem a retomada da acumulação de capital aos patamares anteriores a 2007. As perspectivas em 2019 são de desaceleração e recessão global. Apesar dos diferentes ritmos e da desigualdade entre os países, a crise atinge a todos.

Reflexos Econômicos: As previsões do Banco Mundial e FMI indicam que a economia global desacelerará 2,9% em 2019. A "guerra comercial" entre EUA e China agrava a crise. O protecionismo defendido por Donald Trump além de não ser solução tem gerado mais crise mesmo nos EUA. O resultado desta "guerra comercial" não garante investimentos na América Latina ou no Brasil. A América Latina com a desvalorização das commodities (agricultura, pecuária, petróleo e minérios) vive um baixo crescimento, quase estagnação.

Reflexos Sociais: A crise social, o aumento da desigualdade, o desemprego, os refugiados, os imigrantes, a pobreza e a exploração dos trabalhadores produzem acirramentos na luta de classes, a possibilidade de ascenso de massas, de abertura de situações pré-revolucionárias e revolucionárias em países imperialistas e

semicoloniais.

A partir de 1970 a crise no capitalismo tem sido estrutural, com caráter universal. Apresenta-se de forma extensa sem possibilidades de solução dentro da ordem. É necessário esclarecer que crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capitalismo, afetando a sociedade em todas as suas dimensões: política, social, econômica etc. Em 2008 com a crise imobiliária nos Estados Unidos, pudemos observar mais claramente essa dinâmica capitalista que no atual momento vive sob a regência do capital financeiro.

A crise do capitalismo tem origem nos países centrais reverberando nos países periféricos, agravando a crise social, política e econômica em todas partes do mundo. Na Venezuela, as investidas do imperialismo, através do criminoso bloqueio econômico imposto com sanções e confisco de recursos e mercadorias essenciais, tem aprofundado a crise para justificar a intervenção militar no país e legitimar o golpe. O que está em disputa são as grandes reservas de petróleo do país. Enquanto isso, na Argentina, a receita econômica dos Organismos Multilaterais de venda do patrimônio público, retirada de direitos trabalhistas, mercantilização de serviços essenciais, levou a uma inflação de mais de 50% no último ano, mergulhando o país no caos.

As investidas do capitalismo encontram resistência da classe trabalhadora em diversas partes do mundo, que apresenta avanços e recuos na sua forma de organização. Na França, apesar do movimento dos coletes amarelos conseguir aglutinar a classe trabalhadora, as conquistas não avançaram devido a um espontaneidade do movimento. Na Grécia, laboratório europeu das políticas de austeridade impostas pela Alemanha e organismos do capital financeiro mundial, os trabalhadores organizados em torno da PAME (Central Sindical) e do KKE (Partido Comunista da Grécia) demonstram que uma maior organização da classe trabalhadora é capaz de resistir as políticas econômicas que atacam os direitos de greve, trabalhistas e previdenciários com massivas greves gerais e unificadas.

Outra expressão da crise, causada pelas políticas imperialistas, é a migração. As pessoas precisam sair de seus países em buscas de melhores condições de vida, fenômeno do capital contemporâneo que força deslocamento da força de trabalho. Intensificar a retirada de

direitos, aprofundar as contrarreformas, investir nas intervenções militares, desestabilizar governos, principalmente na América Latina, e destruir os Estados nacionais é por onde o imperialismo tem articulado seus processos.

A instabilidade política corre o mundo e sua raiz é a crise internacional do sistema capitalista. Embora a maioria dos países imperialistas tenha registrado uma saída da recessão, os dados demonstram se tratar de uma recuperação frágil e débil. A queda da produção na China – que tem importantes impactos no comércio mundial –, a elevação da dívida em diferentes países nos últimos 10 anos, são sinais de que novas turbulências da economia mundial estão no horizonte. Enquanto isso, jovens e trabalhadores resistem e lutam. As recentes revoluções na Argélia e no Sudão confirmam uma vez mais a disposição revolucionária presente na base da sociedade. Revoluções como estas, ou grandes mobilizações, como a dos Coletes Amarelos na França, acabam caindo em um impasse pela falta de uma direção revolucionária. Segue o problema fundamental apontado há mais de 80 anos no programa de fundação da 4ª Internacional, o Programa de Transição: “a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária”. O exemplo de um Estado Operário, mesmo que deformado, em Cuba, continua sendo um incômodo para os capitalistas. Trump parte para o ataque, com medidas de ampliação do embargo econômico à ilha. Nossa posição continua a de luta pelo fim do bloqueio econômico dos EUA contra Cuba e de defesa da revolução cubana contra o imperialismo e contra os burocratas cubanos que pretendem restaurar o capitalismo. Na Venezuela, a classe trabalhadora tem salvado a revolução diversas vezes, apesar da burocracia do aparato estatal e do PSUV. A tentativa de golpe orquestrada pelo imperialismo americano, com a auto-proclamação de Juan Guaidó como presidente, em 23 de janeiro, resultou em mais uma tentativa fracassada. Esta ação, que contou com o pronto apoio de Bolsonaro no Brasil, despertou o ódio anti-imperialista das massas venezuelanas, um sentimento arraigado entre o proletariado latino-americano.

O capitalismo vive uma fase de decadência e de crise que atinge seus limites estruturais. As dinâmicas do capital geram uma destruição dos recursos naturais que estão nos levando para o esgotamento das capacidades regenerativas do planeta. Pesquisas internacionais apontam que para os níveis de consumo

atuais seriam necessários 1,75 planetas, ainda assim, o aumento da produção de riqueza material traz níveis crescentes de desigualdade e miséria global. Segundo a Oxfam em 2018 vinte e seis pessoas possuem a mesma riqueza que 50% de toda humanidade e, segundo o Banco Mundial, mais de 3,4 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza.

Como resposta a essa crise do sistema capitalista a burguesia mundial busca garantir a reprodução de capital a qualquer custo. Se radicalizam os ataques contra a classe trabalhadora em escala global e a espoliação contra os povos da periferia do mundo. As agressões militares e as guerras se tornaram um motor da economia mundial e passam a existir como política permanente dos países imperialistas associados ao lobby da indústria armamentista e petroleira. No ano de 2018 os EUA tiveram gastos militares de U\$ 643 bilhões (aproximadamente 35% dos gastos mundiais), quase o mesmo que a soma dos outros 15 países na sequência da lista dos maiores gastos.

Nesse cenário de “vale tudo” da luta de classes ganham força, no seio da burguesia, as tendências política e ideológicas mais extremistas, as que apresentam o programa de enfrentamento mais radical contra os trabalhadores, os pobres, os imigrantes e os oprimidos em geral. Crescem a xenofobia, o racismo e políticas de ódio e criminalização da pobreza. Aumenta sobretudo a violência contra os trabalhadores organizados, os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos.

Estamos em uma época de acirramento das disputas entre as grandes potências pelo controle dos recursos cada vez mais limitados do mundo. Os EUA se mantêm na dianteira através de uma política de Estado agressiva e fascizante contra os povos. A partir da vitória de Donald Trump nos EUA, o grande capital financeiro patrocina uma articulação internacional de extrema direita que estende tentáculos pelo mundo, estimulando a xenofobia e o fim da União Europeia (Brexit) como parte de uma estratégia de disputa pela hegemonia mundial. Trump representa o caminho do conflito contra Rússia e China, e de outro lado, a retomada radical do domínio dos EUA na América Latina. Fazem parte dessa estratégia política as guerras e conflitos no Oriente Médio e Leste Europeu, a guerra comercial com a China e as manifestações em Hong Kong, a ameaça de guerra contra Venezuela e no Brasil o aprofundamento do golpe com a eleição de Bolsonaro.

RESOLUÇÃO

CONJUNTURA NACIONAL

O desemprego bate recordes. Cresce a informalidade e a precarização, com a queda do poder aquisitivo após alguns anos de degradação da situação econômica, política e social, que já beira o desespero em diversos setores e, principalmente, após oito meses desse governo antipopular e antinacional, que aponta no rumo de uma convulsão social. Tudo isso, aprofunda o estado de exceção, aberto há três anos pelo golpe parlamentar do impeachment, organizado pelos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado – que mantém Lula preso em Curitiba – com apoio midiático e empresarial.

A ofensiva desenvolvida pelos diferentes governos de desmonte dos serviços públicos vem se acentuando de forma violenta com a aprovação da Reforma Trabalhista, da MP-881 que aprofunda a reforma trabalhista, da EC 95 que congela os gastos públicos, e com o aumento das políticas de privatização, terceirização e ampliação das OSs (organizações sociais). As políticas de destruição do serviço público se aprofundam: o SUS (Sistema Único de Saúde) está sendo desmantelado, enquanto a educação sofreu cortes de R\$ 6,2 bilhões que atingem da educação básica às universidades, com o programa Future-se. Diante dessa ofensiva, devemos estar cientes que defender o serviço público é defender a nação e o povo trabalhador que necessita dos serviços públicos. A escalada de ataques quer acabar com a estabilidade no emprego e com o concurso público, abrindo espaço para contratações de forma “clientelista”. A saída da crise passa por defender e resgatar as estatais estratégicas para o desenvolvimento – a reestatização da Vale, por exemplo, que é uma questão de vida para os trabalhadores, do povo do entorno e para a preservação ambiental contra a política predatória; assim como são vitais para o futuro

da nação a recuperação da Petrobrás e o marco regulatório do Pré-sal, a defesa dos Correios, do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas contra a privatização do entreguista Bolsonaro. Também é preciso construir uma política de desenvolvimento do mercado interno que recupere o reajuste real do salário mínimo, enfrentando as exigências do mercado financeiro dos infundáveis superávits fiscais primários impostos pelo FMI, que privilegiam o pagamento dos juros da dívida aos bancos em detrimento dos investimentos sociais. Entre essas propostas se inclui a derrubada dos juros e o controle de capitais contra a especulação, assim como a revisão das isenções e “incentivos” federais e estaduais.

Reforma da Previdência: para virar o jogo, precisamos de uma nova greve

As extraordinárias manifestações do dia 15 e 30 de maio a greve geral do dia 14 de junho e a recente mobilização de 13 de agosto demonstram a disposição da classe trabalhadora e da juventude para enfrentar estes ataques. No texto da Reforma da Previdência aprovado na Câmara, que está agora no Senado, alguns pontos como a capitalização foram retirados, mas podem voltar com ainda mais gravidade dada a desconstitucionalização de regras previdenciárias. A reforma mantém em seu centro a idade mínima para se aposentar de 65 para homens e 62 anos para mulheres, e também a média de todas as remunerações como forma de cálculo do valor da aposentadoria. Ou seja, aumenta-se a idade e diminui o valor da aposentadoria. Dizer que Estados e Municípios “estão fora da reforma” é, na verdade, um engodo, pois os servidores regidos por CLT já estão incluídos e os que têm Regime Próprios de Previdência (RPPS) serão atingidos pelas exigências contidas na PEC. A realidade partirá

do que for aprovado na PEC 06/2019 para pior, pois já se estabelece a possibilidade de cobrança de até 22% nas alíquotas, cobrança dos aposentados a partir de R\$ 1.000,00 e flexibilização do abono de permanência. Portanto o caminho é a luta, temos que estar ligados ao calendário nacional do Fórum das Centrais neste combate, exigindo a retomada de uma greve geral que pare o país até derrotarmos a Reforma da Previdência.

A luta pelo fim do governo Bolsonaro

É central a luta contra o governo Bolsonaro em defesa dos direitos. Já se escuta nas manifestações e ruas o grito: Fora Bolsonaro. O SINTRASEM se soma nas lutas pelo fim do governo Bolsonaro, pela democracia, liberdade democrática e Lula Livre, com a anulação das condenações e a responsabilização dos atropelos jurídicos cometidos pela Operação Lava Jato sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal –escancarados pelas revelações do The Intercept. Esse é um governo autoritário, que tenta amputar os sindicatos e criminalizar o movimento popular, mas é frágil pela origem na fraude – com o “lawfare” para a prévia prisão de Lula e depois as “fake news” – e pela sua coalizão improvisada. Esse governo é apoiado por uma cúpula militar, selecionada na ocupação militar do Haiti (Minustah), e reforçada pela GLO (“garantia de lei e ordem”), onde age internamente com os mesmos métodos genocidas das PMs contra negros e pobres. Temos clareza que, em caso de impeachment e ascensão do vice Mourão à presidência, continuaria-se aplicando o mesmo programa, resultando na mesma crise para o povo.

Para sair da crise é preciso um governo que defenda as aspirações sociais e econômicas do povo com liberdade para os presos políticos, que restabeleça os programas sociais e fortaleça a educação e saúde públicas, além de promover a demarcação das terras e autonomia dos povos indígenas, e que defenda a Amazônia. Um governo que também revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (EC 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e todos os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro. Para avançar em várias destas medidas e nas reformas necessárias para um desenvolvimento soberano, como a agrária, da mídia, política, jurídica, tributária, e, inclusive, militar, exige-se uma profunda reforma política de Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe, que são um entrave.

Os governos Lula e Dilma optaram por diferenças

na forma de gestão do capitalismo brasileiro. Houve uma opção econômica pelo fortalecimento do mercado interno com foco no estímulo ao consumo e incentivo ao emprego, desonerações fiscais e financiamento público a diversos setores ligados aos bens de consumo, construção civil e ao agronegócio. Essa opção econômica atendeu muito bem aos monopólios e ao capital internacional com investimentos produtivos no Brasil, mas já não respondia plenamente aos interesses dos EUA nesse momento. Além disso, algumas políticas adotadas pelo PT se tornaram mesmo intoleráveis aos anseios cada vez mais vorazes do imperialismo, como a política de investimentos na Petrobrás, na extração de petróleo e nos serviços ligados a estatal, o aumento – mesmo tímido – das políticas sociais e a política de valorização real do salário mínimo, com reajuste automático baseado na inflação e no crescimento da economia. No campo internacional a busca por maior diversificação nas relações com o mercado mundial que contribuíram para a derrota da ALCA e levaram o Brasil ao Mercosul e ao BRICS.

Os governos Lula e Dilma, marcado pela conciliação de classes, demonstra seu desgaste a partir de 2013, quando a crise do capital fica mais evidente no Brasil. Cresce o desemprego e o endividamento da população, gerando insatisfação das massas, evidenciada nas Jornadas de Junho do mesmo ano. Pautadas, inicialmente, na luta contra o aumento da passagem de ônibus e a repressão policial, se transformaram em gigantes manifestações em todo o país exigindo mudanças. Com a falta de direção, não demorou para que a direita tomasse os rumos do movimento, mirando seus ataques ao partido que estava no poder e a qualquer partido de esquerda que levantasse sua bandeira.

O PT, mesmo ganhando as eleições, em 2014, e aplicando as medidas de austeridade foi incapaz de resolver a crise. Uma fração da burguesia se articulou para retirá-lo do poder, pois não conseguia mais cumprir a sua principal função de conciliador de classes, culminando no golpe parlamentar que tirou a presidente do poder.

Assume Michel Temer e, em menos de dois anos, articula a aprovação de importantes Leis que modificaram a Constituição de 1988. São elas: Lei das Terceirizações; Emenda Constitucional 95, que congela gastos nas áreas sociais como saúde, educação e seguridade social por 20 anos; e a Reforma Trabalhista que flexibiliza diversos direitos.

O governo Temer, mesmo com recorde de desaprovação, se manteve até o final por ter ganhado hegemonia na classe dominante e em seus representantes no congresso, provando que o processo de Impeachment da Dilma não teve nada a ver com sua baixa popularidade. A ofensiva política do judiciário, principalmente através da criminosa Operação Lava Jato, repleta de vazamentos de comunicações comprometedoras inclusive dos seus investigadores, garantiu o enfraquecimento do PT, partido com maior capacidade de mobilização na classe trabalhadora. A prisão ilegal de Lula e a divulgação da delação premiada de Palocci fizeram com que o descrédito do PT diminuísse em alguns setores da sociedade. A unificação da esquerda e dos setores democráticos em torno da candidatura de Fernando Haddad, não foi possível reverter o resultado eleitoral.

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito graças ao apoio dos setores mais reacionários da política brasileira como os militares, grupos de extrema-direita, defensores da ditadura militar, grupos ultraliberais, conservadores religiosos, ruralistas e da indústria armamentista. Bolsonaro foi eleito e nenhuma das promessas do “mercado” foi cumprida. O desemprego ultrapassa os 13 milhões, a perspectiva de crescimento do PIB neste ano já é inferior a 1% e os números não melhoraram após a aprovação da Reforma da Previdência, conforme era prometido pela grande mídia e pelos governantes.

Com discurso anti-petista e sem esclarecer para a sociedade seu plano de governo, pautado nas questões morais que ecoam nos setores mais retrógrados da sociedade brasileira, Bolsonaro está junto com o economista Paulo Guedes, que segue a cartilha da equipe de Pinochet, que implementou o projeto neoliberal no Chile durante a ditadura militar. Guedes, ministro da economia, defende o mesmo para o Brasil de 2019: privatizações de empresas estatais e serviços públicos, terceirizações, entrega da previdência para bancos privados, desvinculação total do orçamento constitucional, dentre outras. Se destaca o esforço para aprovar a Reforma da Previdência, o que afetará profundamente a classe trabalhadora, atingindo principalmente as mulheres tendo em vista seu acúmulo de jornada de trabalho não remunerado.

Desde que assumiu, Bolsonaro vem governando através de decretos tentando colocar em prática as pautas desses setores, podemos citar: flexibilização das regras para o porte/posse de armas, liberação de dezenas de novos agrotóxicos, pente fino no conteúdo dos livros didáticos e provas do ENEM, atrás do que chama de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, influenciado por seu pseudo-filósofo Olavo de Carvalho.

No campo educacional, presenciamos diversos ataques, desde cortes de verbas de todos os níveis de ensino até à autonomia de escolas e, principalmente, de Universidades Públicas. As eleições de reitores não são mais respeitadas e os mesmos perderam o poder de indicar os pró-reitores. Além disso, o governo apresentou o projeto “Future-se”, que pretende aumentar ainda mais as parcerias público-privadas nas Universidades Públicas, ao ponto de boa parte dos seus orçamentos estarem vinculados às empresas.

Na política externa, vemos um presidente subserviente aos EUA, que entregou a base de Alcântara para os Norte Americanos e busca reproduzir todos os posicionamentos de Trump nas relações com outros países, causando constrangimentos com parceiros comerciais de longa data do Brasil.

O governo Bolsonaro é, até o momento, marcado por uma grande instabilidade, com relevantes trocas de ministros, declarações polêmicas, medidas antipopulares, fazendo com que sua aprovação, ao menos no primeiro semestre, tivesse a maior queda entre todos os presidentes eleitos por eleição direta. Sérgio Moro, um de seus principais ministros, atuou de forma partidária, junto aos procuradores, enquanto era juiz da operação Lava Jato. As conversas divulgadas pelo The Intercept Brasil comprovam este conluio para retirar o PT do poder e impedir seu retorno ao prender o ex-presidente Lula, sem provas.

Aprofunda-se o projeto de privatização de vários setores como as estradas, portos, aeroportos, BR distribuidora, mineração, refinarias, Eletrobrás, Correios e Banco do Brasil. Acarretando diminuição e precarização de postos de trabalho, aumento nas tarifas e do número de pedágios, transferência de riqueza para outros países, arrocho salarial e superexploração do trabalhador.

RESOLUÇÃO CONJUNTURAS ESTADUAL E MUNICIPAL

O movimento que levou Jair Bolsonaro (PSL) à presidência teve maior adesão na região sul do país, em especial em Santa Catarina, que lhe concedeu mais de 75% dos votos válidos, terceira maior votação entre todos os estados. Nesta onda, Comandante Moisés (PSL) fez 71% dos votos e tornou-se governador de Santa Catarina. Uma de suas primeiras ações foi questionar no STF o aumento do repasse mínimo obrigatório de 15% para os gastos em saúde, além de ignorar as reivindicações históricas dos servidores estaduais.

Correligionário de Bolsonaro e defensor público da Reforma da Previdência e das privatizações, Moisés já extinguiu órgãos públicos na sua Reforma Administrativa, colocando o setor de infraestrutura do estado nas mãos das empresas privadas e seguindo a diretriz do Programa Nacional de Desestatização do governo federal.

Em Florianópolis, o prefeito Gean Loureiro (agora sem partido, mas que chegou à prefeitura nos braços do MDB e de uma ampla aliança) também vem alinhado a esta conjuntura de retirada de direitos e destruição do serviço público, completando o alinhamento em todas as esferas de governo em torno das políticas de desmonte e entrega do patrimônio público aos interesses do capital. Eleito em 2017 com uma diferença de 1.153 votos para a segunda colocada, representando menos de 1% dos votos válidos, Gean assumiu a Prefeitura de Florianópolis com um discurso copiado do presidente ilegítimo Michel Temer (MDB): “vou fazer um governo de austeridade”! Assim, desde a sua chegada, o serviço público foi atacado com a retirada ou restrição de direitos no pacote, o ataque à nossa previdência, a lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), das OSs, a terceirização dos almoxarifados e o voluntariado, entre outros.

Ainda nas primeiras semanas do recém empossado novo governo, Gean Loureiro apresentou o “pa-

cotão” de 40 medidas de desmantelamento do serviço público municipal, implementando um ajuste fiscal e cortando diversos direitos dos trabalhadores do serviço público municipal, o que inviabilizaria o atendimento à população. Eram medidas administrativas que atacavam diretamente a classe trabalhadora enquanto fortaleciam a especulação imobiliária e as grandes empresas da cidade. Um de seus alvos foi os servidores municipais, retirando direitos conquistados com muita luta pela categoria com a extinção da licença-prêmio, a alteração no Estatuto do Magistério, a revogação do Plano de Cargos e Salários dos servidores, a redução das férias das auxiliares de sala para 30 dias, a instituição do Regime de Previdência Complementar alterando a alíquota previdenciária paga pelo município (escalando de 14% para 28%) e pelos servidores (de 11% para 14%). Além dessas, outras medidas em muito se assemelhavam às ações tomadas pelo governo federal: modernizar o Fundo Municipal de Geração de Oportunidades para utilização nas Parcerias Público-Privada, reduzir do número de secretarias, desburocratização para alvarás da vigilância sanitária, e instituir o serviço voluntário na Administração Direta e Indireta no município.

Gean não realizou todo seu programa porque nossa categoria resistiu articulando com as comunidades. A classe trabalhadora de Florianópolis foi à luta e numa greve de 38 dias, com a adesão de 95% dos servidores públicos com atos, assembleias, mobilizações pela cidade, com apoio e solidariedade dos trabalhadores da COMCAP. Resistimos a praticamente todos os ataques, mantendo conquistas e levantando a bandeira do “NENHUM DIREITO A MENOS”.

Devido à enorme pressão dos servidores nas ruas, Gean teve que recuar em alguns pontos como: retomada do Plano de Cargos e Salário com alteração na data de efetivação, retoma-se direito ao anuênio e triênio, garantindo direito de afastamento para acom-

panhar familiar em tratamento de doença – porém, reduzindo para seis meses –, retomada do direito das férias das auxiliares, do direito à licença-prêmio com redução para 45 dias atrelados à formação. Foi vetado o aumento da alíquota previdenciária bem como fundo complementar.

Já em 2018, Gean apresentou o programa Creche e Saúde Já, gastando cerca de R\$ 10 milhões em propagandas enganosas para instaurar o pânico na população, afirmando que a única solução para a ampliação e manutenção de vagas nas creches e atendimento na saúde seria a entrega do patrimônio público para a administração via Organizações Sociais (OS). Mais uma vez, a categoria entra imediatamente em greve, mobilizando vários setores da classe trabalhadora e organizando uma dura resistência ao Projeto das OS's. No dia 21 de Abril, sábado e feriado de Tiradentes, os trabalhadores junto a movimentos sociais e juventude protagonizaram um dos maiores enfrentamentos contra o governo, que ficou conhecida como Inconfidência Mané, exigindo o arquivamento desse projeto enfrentando forte repressão policial. Mesmo diante de muita pressão, o projeto foi aprovado.

Porém, para os trabalhadores a luta estava só começando. Durante um mês foi travada uma dura batalha contra os defensores do Capital: atos descentralizados, conversas e esclarecimentos com a população, aulas públicas e até mesmo um acampamento em frente ao prédio da administração foram feitos para protestar contra esse ataque da burguesia aos trabalhadores.

O golpe que levou à eleição de Bolsonaro tem um programa econômico pautado na garantia de superexploração do trabalho, dos recursos naturais e da “privatização de tudo o que for possível”, e Gean está alinhado a estas propostas para o serviço público. Devemos estar atentos e mobilizados: a estratégia do executivo é sobrecarregar os trabalhadores e sucatear os serviços para usar a demanda do povo como desculpa para privatizar. Enquanto o governo gasta milhões em propaganda de obras, as unidades enfrentam problemas como chuva dentro das salas de aula, turmas superlotadas, falta de medicamentos, de materiais para fazer curativo, papel, material pedagógico, de EPIs e número reduzido de trabalhadores para atender as necessidades da população. Os recursos reduzidos em todas as secretarias somados à ausência de concurso público levam a uma situação catastrófica. Locais de

trabalho são literalmente fechados da noite pro dia por problemas estruturais, como aconteceu na Escola Anísio Teixeira e no CAPS Ponta do Coral.

A falta de materiais e insumos tornou-se rotina neste governo, que busca desculpas na burocracia das licitações para justificar sua incompetência, enquanto age de má-fé assinando acordos coletivos e não cumprindo, como fez com o pagamento do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro Civil (PCCV do Civil) e os reajustes inflacionários dos primeiros anos de governo, além de manter a ficha funcional dos servidores/as com o ilegal código 04 referentes à paralisação de 28 de abril de 2017 e à assembleia de 5 de julho do mesmo ano.

Ao mesmo tempo em que o serviço público é precarizado para os/as usuários/as, a prefeitura divulga na grande mídia que as contas do município estão positivas devido à redução de gastos desnecessários. Em resistência reafirmamos: Lá na UPA, no Centro de Saúde, na escola e no NEIM está faltando TUDO!

Na Saúde, Florianópolis apenas vê cair o investimento em saúde, ficando abaixo da média nacional no ranking de gastos por habitante em saúde pública. Recentemente foi criada a Lista de Pacientes, um passo a mais na direção da privatização da Atenção Primária. A UPA Continente gerida pela OS não garante atendimento e reencaminha os pacientes para os Centros de Saúde. Há também falta de medicamentos, equipes desproporcionais as demandas dos territórios, sobrecarga nos atendimentos das UPAs, a lista de pacientes e o ranqueamento que atacam a Estratégia Saúde da Família e que se inserem na lógica da produtividade que os governos pretende usar para demitir servidor público.

Na Educação, o avanço na democratização do acesso não garantiu mais qualidade das condições de trabalho. Queremos todos presentes e avançando, mas isso não se resolve com parcialização das vagas da Educação Infantil e aprovação automática no fundamental, tampouco só com prédios – ainda mais se, para dar vida a estas obras, recorre-se à terceirização e à precarização do trabalho. É preciso concurso público, piso do magistério na carreira e valorização dos profissionais para enfrentar os desafios da educação na atualidade.

A assistência social é sempre é alvo das “primeiras damas” e visada na véspera de eleições. A gestão Gean busca mostrar serviço prometendo abrir novos

CREAS sem garantir equipe, obrigando os trabalhadores a fazerem hora-extra por falta de equipe nos abrigos. Nos CRAS a “integração” sobrecarrega as equipes e foca na demanda imediata em detrimento da ação planejada e voltada a articulação coletiva com as comunidades.

Já na Comcap, a transformação em Autarquia não resolveu o problema da falta de investimento. Na prática, piorou a situação de sucateamento ao burocratizar o processo de compras de peças e equipamentos, além de trazer a discussão de direitos reduzidos para os novos trabalhadores. Neste período aconteceram mobilizações e greves na busca do mínimo necessário para fazer a limpeza da cidade. Depois de vencermos a etapa que garantiu um acordo coletivo na forma de lei com investimentos e os mesmos direitos para os novos trabalhadores, devemos seguir na luta central do próximo período: a realização de um concurso público para diminuir a sobrecarga dos trabalhadores e aumentar a qualidade do serviço prestado à cidade. A intensificação do trabalho e o sucateamento estão generalizados na nossa base, mas em nenhum outro local elas são tão perigosas para os trabalhadores quanto na Comcap. Existe uma política de estímulo à intensificação da velocidade dos roteiros na coleta de lixo. Esse ritmo acelerado tem o atrativo de liberar o trabalhador mais cedo, mas gera aumento das chances de adoecimento, lesões, amputações e mortes. A prefeitura economiza em compra de caminhões e materiais às custas da saúde e da vida dos trabalhadores.

Por fim, no último período ainda nos deparamos com cargos comissionados sendo presos na operação “Alcatraz” da Polícia Federal, e o próprio prefeito Gean Loureiro na operação “Chabu”, sem contar o secretário de educação Maurício Fernandes Pereira que já é réu, fruto da operação “Ouvidos Moucos”.

Gean Loureiro tem sido declaradamente um inimigo dos servidores públicos municipais e da população que atendemos. O governo vem seguindo a sua cartilha fisiológica de valorizar cargos comissionados que não conhecem a realidade do serviço público municipal em detrimento das/os servidoras/os de carreira. Os Processos Administrativos atacando quem atende na ponta são apenas um desses vários exemplos.

Gean Loureiro busca evitar conflitos perto da eleição de 2020, mas está apenas esperando a oportunidade para os próximos ataques. É um inimigo do Serviço Público, o famoso lobo em pele de cordeiro; mas a conjuntura para o próximo pleito municipal ainda nos aponta que é possível piorar, por isso nenhuma ilusão em candidaturas que representem os interesses do grande empresariado. Dinheiro Público é para o Serviço Público!

Nos próximos anos enfrentaremos grandes ataques e precisamos aprender com as mobilizações desse período. Devemos estar em mobilização e estado de alerta constantes, investir na formação política da categoria, fortalecer os Conselhos Deliberativos da PMF e COMCAP, ampliar e fortalecer o contato com a comunidade!



RESOLUÇÃO

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O sindicato deve congrega em seu interior todo trabalhador da categoria, sem nenhuma discriminação de convicção filosófica ou partidária. O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes imediatos (os patrões, a classe capitalista) ou indiretos (os diversos níveis do aparelho de Estado, que nunca é neutro, pois estão a serviço da classe dominante). Defendemos um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e que só pode se sustentar de forma perene com a contribuição consciente e voluntária da base que pretenda representar. Isso significa estarmos atentos para enfrentar medidas que tentem interferir no direito à liberdade sindical, como foi o caso da MP 871 do governo Bolsonaro. Os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores devem ser preservados, a começar pelo direito de organização sindical. Não devemos nos intimidar: temos que reafirmar a ratificação da convenção 87 da OIT de liberdade e organização sindical, ligada diretamente ao direito de negociação coletiva contida na convenção 151 OIT, que precisa ser ratificada. Reafirmamos assim o direito de sindicalização e de greve nos serviços públicos.

A CUT representa uma conquista da classe trabalhadora. Sua fundação foi resultado de um movimento profundo da classe definida pelo seu lugar objetivo nas relações de produção capitalista para uma classe que, através de sua organização independente dos exploradores, começava a ter consciência que seus interesses são opostos e contraditórios aos da classe dominante. No último período, a CUT ocupou um lugar central na defesa dos direitos da classe trabalhadora desde a luta contra o golpe. Romper com a CUT hoje significaria isolar nossa categoria do processo de discussão com milhares de trabalhadores do campo e da cidade, do serviço público e da iniciativa privada. Temos críticas a posições adotadas – algumas vezes contraditórias – ou que taticamente não foram as mais adequadas na luta contra a exploração da classe ao longo da história. No entanto, é inegável para nós a importância da existência da CUT no atual cenário político brasileiro. Defende-

mos a manutenção de nossa filiação à CUT e o combate na defesa da independência de classe frente a patrões e governos em todas as suas instâncias. O que não representa avanço na organização sindical é a criação de centrais sindicais de maneira artificial, como extensão de partidos políticos, sejam quais forem, dividindo a classe e fragmentando a luta.

O período mais recente tem sido marcado na esfera sindical com a unidade na luta da maior parte das centrais sindicais em pautas como a Reforma da Previdência. Tal como colocado acima, o momento é de construir e ampliar a unidade em defesa dos direitos da classe trabalhadora e nosso sindicato é peça fundamental neste processo!

Entre as centrais da esquerda (Intersindical, Conlutas, CUT e CTB) existem diferenças de fundo e análise sobre o caráter do golpe e sua continuidade no governo Bolsonaro, mas essas diferenças não superam a necessidade da unidade contra esse governo.

A estrutura do sindicalismo de Estado – esse sistema criado por Getúlio Vargas – cria a tutela do Estado sobre o movimento operário, uma vez que o Estado é quem reconhece a representação através da carta sindical, estabelece o monopólio da representação numa única entidade, garante o financiamento através de contribuições involuntárias e aponta a data base como horizonte político do movimento sindical. Por essa razão o que mais abunda no movimento sindical brasileiro são sindicatos controlados por patrões e pelegos que se aquartelam no sindicato, bem como a pulverização como forma de disputa do imposto sindical, o afastamento entre direção e base, e a desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato.

Frente a todas essas ameaças, defendemos a discussão da construção de um Encontro que reúna a Classe Trabalhadora e movimentos populares, visando a unidade de ação de todos os segmentos combativos da classe trabalhadora no sentido de intensificar a resistência e a luta em defesa dos direitos sociais e políticos, do patrimônio público, da soberania nacional, de bens e serviços essenciais à classe trabalhadora. Que o Sintrase organize um seminário que discuta o papel das centrais

sindicais diante da necessidade da unidade da classe trabalhadora frente aos ataques do governo Bolsonaro!

Acreditamos que para enfrentar os ataques que estão sendo organizados contra a classe trabalhadora é fundamental o fortalecimento da CUT, defendendo a retomada dos princípios de independência frente a patrões e partidos, pois a única central sindical capaz de unificar trabalhadores da cidade e do campo para mobilização e resistência. É dentro dela, ocupando seus espaços, participando de suas instâncias que ajudaremos esta central a se tornar, de fato, ponto de apoio nas nossas lutas, fazendo com que sua direção passe dos discursos à ação, organizando seu exército para o atendimento das reivindicações. Neste sentido a CUT deve romper com o tripartismo, que é a expressão da colaboração de classes no movimento sindical, voltar a se construir pela base, com sindicatos livres, combatendo os sindicatos celetistas. Somos contra aqueles que apostam na divisão da classe trabalhadora propondo a desfiliação da Central. Não aceitaremos sob nenhuma hipótese dar um passo atrás na história das conquistas da classe trabalhadora e não abandonaremos esta luta que só pode ser vitoriosa com a unidade dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações e na luta pelo socialismo!

Organização dos negros e negras, povos originários, mulheres e LGBT no movimento sindical

As políticas de ataque de direitos afetam diretamente os negros e as negras, as mulheres e a população LGBTI. O Brasil tem a maior população negra fora da África e a segunda maior do planeta, e todo seu capital civilizatório nos caracteriza como povo. Foi uma migração forçada para alimentar a escravidão, parte da pilhagem bélica que o capitalismo organizou no continente africano depois de roubar as riquezas naturais para manter a dominação econômica imperialista. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, mas o racismo e as suas consequências perduram até os dias atuais. A esmagadora maioria das vítimas das chacinas policiais são negras; a renda média dos trabalhadores negros é inferior a dos trabalhadores brancos; o número de desempregados é maior entre os negros; o número de analfabetos negros é o dobro em relação aos brancos.

Em relação às mulheres trabalhadoras, a contrarreforma trabalhista não poupou nem a proteção à maternidade, permitindo que a gestante agora trabalhe em ambiente insalubre. Outro ponto é a flexibilização da jornada de trabalho por acordo individual, que faz com que a trabalhadora possa ser obrigada a cumprir longas

jornadas no emprego, para voltar para casa e ter mais uma longa jornada de trabalhos domésticos (passam em média o dobro do tempo que os homens executando tarefas em casa). As mulheres participam em condição inferior no mercado de trabalho, recebendo cerca de 30% do salário em uma mesma função exercida por um homem, e são mais atingidas pelo desemprego que afeta a classe trabalhadora brasileira. As mães que dependem do serviço público sofrem com a falta de vagas em todos os níveis na educação pública. Além dos ataques aos direitos trabalhistas, as mulheres sofrem com a violência diária em nosso país: feminicídio, violência doméstica, estupro e assédio são uma triste realidade que as mulheres enfrentam todos os dias. O Brasil ocupa o vergonhoso quinto lugar no ranking mundial de feminicídio. Em Santa Catarina, no primeiro semestre de 2019 o número de casos dobrou em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, a população LGBTI vê direitos civis da união homoafetiva ameaçados, enquanto o obscurantismo e o conservadorismo ampliam o número de casos de violência e assassinatos. O rebaixamento salarial e a retirada de direitos dos negros, mulheres e LGBTIs fazem parte da política do capitalismo para atacar toda a classe trabalhadora. Por isso precisamos fortalecer a discussão da comissão de negros e negras, mulheres e LGBTI do SintraseM.

Precisamos fortalecer a participação nos locais de trabalho no Conselho Deliberativo. A organização deve ser um instrumento coletivo onde o conselheiro não se resume ao repasse de informações, mas um sujeito político ativo que organize a luta no seu local de trabalho. Um dos principais objetivos é a consciência de classe.

Há décadas o movimento negro luta para desmistificar a ideia de que no Brasil existe democracia racial. Não há. Esse mito é mantido a ferro e fogo como forma de exploração e opressão de homens e mulheres negros e negra.

Pela demarcação de todas as terras indígenas e quilombola, pelo fim do genocídio indígena, e pela defesa da inclusão no calendário oficial da PMF o feriado de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra!

Mulheres: o gênero nos une e a classe social nos divide

Unir a luta contra a opressão com a luta contra a exploração é fundamental, sem isto a luta das mulheres estaria num beco sem saída. A construção de movimentos poli-classistas gerou o mito de que a libertação da mulher é algo alheio à luta de classes, competindo ao

movimento feminista realizá-la. A maioria da esquerda mundial deixa para um “futuro socialista” a incorporação das reivindicações mais urgentes que afetam a maioria das mulheres. O marxismo parte do pressuposto que as relações de opressão não existem em estado puro na sociedade, mas estão sempre combinadas com as de exploração. Reafirmando Clara Zetkin: “A emancipação humana integral de todas as mulheres depende, portanto da emancipação social do trabalho, o que só pode ser realizado pela luta de classes contra a exploração”.

Os ataques às mulheres, LGBTQs e negras são diários, vindos seja do presidente, seja da sua equipe. Não há constrangimentos quando defendem salários menores para mulheres porque engravidam, o aumento da idade mínima para a aposentadoria, a proibição do debate de gênero nas escolas, o ensino doméstico, as emendas constitucionais para anular a legislação – hoje ainda restritiva – que dá o direito às mulheres sobre seu próprio corpo, a alegação que não existe racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que o exército usa helicópteros e franco atiradores nas favelas, e metralha carros de passeio nas periferias, aumentando o projeto genocida em curso no país.

Não vemos sentido numa separação ou hierarquização entre as lutas das mulheres, negras e das LGBTQs de um lado e as demais lutas sindicais, de ou-

tro. A experiência da opressão se traduz de maneiras diversas, assim como a atuação do Estado atinge de maneiras diferentes homens e mulheres, negras e brancas. Nossa categoria é em sua esmagadora maioria composta por mulheres. É preciso um sindicato que fortaleça a luta das mulheres da classe trabalhadora que atue de forma eficaz em nossas pautas, considerando e dialogando com cada setor da base do SintraseM. Somente fortalecendo a luta contra a opressão das mulheres em nosso sindicato é que avançaremos nas pautas de toda categoria!

Revisão Estatutária

Criar mecanismo de manutenção da filiação dos trabalhadores da COMCAP e Prefeitura, sob regime Celetista, no ato de desligamento da Empresa/Prefeitura por ocasião da aposentadoria.

Patrimônio e Finanças

Elaboração de estudo para aquisição de um terreno com o objetivo de construir uma sede de formação política e social. Este estudo deve ser submetido a todas as instâncias da categoria, que deliberarão sobre a viabilidade econômica da proposta.

Momentos de integração entre os associados (torneios, festas, sarais culturais, etc).

Havendo necessidade, que o SINTRASEM organize espaço recreativo e de acolhimento para os filhos dos trabalhadores/as conforme a demanda.



PLANO DE LUTAS

- Em defesa da Previdência Pública e revogação de todas as reformas pós constituição de 1988, com greve geral contra a reforma da previdência de Bolsonaro (PEC 06/19);
- Lula Livre! Lava Jato é fraude! Pelo fim do governo Bolsonaro!
- Revogação da Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos;
- Revogação da Reforma Trabalhista, das terceirizações e contra a MP 881;
- Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e Fim do Superávit Fiscal Primário;
- Revogação da Lei das OSs e todos os tipos de terceirizações. Dinheiro Público é para serviço público;
- Pela reestatização de todas as privatizações e riquezas, em especial da Vale do Rio Doce. Sob controle dos trabalhadores,
- Estatização, sob controle dos trabalhadores, dos planos de saúde, laboratórios e hospitais privados;
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;
- Estatização de toda empresa que demitir em massa;
- Estatização, sob controle dos trabalhadores, de todas as empresas envolvidas com a corrupção;
- Petrobrás 100% Estatal, sob controle dos trabalhadores e retomada do marco regulatório do Pré-Sal;
- Lutar contra a criminalização dos movimentos sindical e popular, em defesa do direito democrático de organização Sindical! Contra qualquer ataque aos instrumentos de luta da classe trabalhadora!;
- Lutar contra as formas de dominação-exploração de classe, gênero, raça/etnia, perseguições políticas, assédio moral, racismo e a LGBTfobia;
- Garantir estrutura jurídica para os casos de racismo, machismo e LGBTfobia que ocorram na categoria;
- Que a LGBTfobia seja considerada crime;
- Estimular o debate e a formação política sobre gênero e raça;
- Apoio à luta dos trabalhadores na Argélia. Liberdade para Luisa Hanune!;
- Preta Ferreira Livre! Em defesa das Liberdades Democráticas!;
- Defesa da Venezuela contra os ataques do Imperialismo;
- Solidariedade a todos os povos em lutas contra o capitalismo;
- Fortalecimento da CUT, defendendo os princípios de independência sindical e autonomia em relação aos partidos, participando organizadamente de suas instâncias e fóruns;

- Contra as DRU;
- Contra os cortes na educação, na ciência e o programa Future-se;
- Pela universalização da Educação 100% pública, estatal, laica e gratuita para todos;
- 10% do PIB Nacional para Educação Pública!
- Defesa do SUS, do SUAS, do INSS 100% públicos, estatais, gratuitos e de qualidade;
- Abaixo a Lei da Mordada nas escolas e no Congresso Nacional!
- Pela liberdade de cátedra e contra qualquer tipo de assédio e desvalorização dos educadores e educadoras;
- Estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução dos salários;
- Emprego e salário digno para todos;
- Contra o fim da estabilidade no serviço público proposta pelo Governo Bolsonaro;
- Defesa das convenções 87 e 151 da OIT;
- Contra a extinção das NRs;
- Por um governo socialista dos trabalhadores;
- Pela construção da Revolução Socialista!;
- Não pagamento da dívida pública (externa e interna);
- Ruptura do Brasil com o FMI, BID e BIRD; Fim da remessa de lucros das multinacionais;
- Fim dos subsídios e isenção de impostos às empresas nacionais e multinacionais;
- Pela Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, terra pra quem nela trabalha;
- Reforma urbana, teto para todos(as);
- Cobrar todas as empresas e bancos que devem ao INSS;
- Pela demarcação de terras e pela imediata apuração e punição dos crimes contra os povos indígenas;
- Fim de todas as formas de terceirização na PMF;
- Retomada dos direitos perdidos com o Pacote de Austeridade do Gean de 2017;
- Pela revogação da Lei das OS's e das leis aprovadas do Governo Gean que retiram direitos!;
- Aplicação integral do PCCV do Civil; Com luta concreta, chega de parcelamentos!;
- Política de formação continuada aos trabalhadores da PMF e COMCAP;
- Calendário que busque unificar a formação política dos Conselhos Deliberativos da PMF e COMCAP,
preservadas as instancias e debates específicos;
- Cumprimento integral dos Acordos Coletivos;
- Fim do assédio moral e perseguições política na PMF e na COMCAP;
- Pelo salário mínimo do DIEESE como piso salarial;
- Preparar a Greve Geral por tempo indeterminado;
- Construção de um bloco anticapitalista de luta! Abaixo o governo do capital financeiro e da reação!;
- Derrotar o Governo Bolsonaro/Mourão/Guedes nas ruas;
- Construção do Poder Popular;
- Por um sindicato classista e combativo em todas as lutas da classe trabalhadora!;
- Em defesa do Serviço Público!;

- Concurso público para completar e ampliar as equipes, de forma transparente plano de carreira e contra a privatização, na PMF e na Comcap;
- Reajuste Salarial anual com base no maior índice inflacionário;
- Contra As avaliações meritocráticas Meritocracia em todo o Serviço Público Municipal!;
- Construção e Participação nas lutas da Classe Trabalhadora pela revogação de todas as leis que retiram direitos;
- Nenhum Direito a menos!;
- Por uma Sociedade Justa e Igualitária!;
- Por um Governo dos Trabalhadores;
- Defesa das Liberdades Democráticas!;
- Pela Liberdade sindical, rejeição a estrutura sindical que estabelece a tutela do Estado;
- Intensificar o contato com as comunidades como política permanente de defesa do serviço público;
- Buscar incentivar e garantir a participação das mulheres nas instâncias deliberativas do Sintrase;
- Que o Sintrase participe dos fóruns locais de articulação sindical e popular, como o Fórum de Lutas em Defesa dos direitos e Fórum das centrais;
- Articular os servidores municipais da grande Florianópolis na defesa do serviço público e na construção da luta solidária com os servidores municipais e suas entidades sindicais;
- Revogação da lei do voluntariado;
- Por uma política pública de formação continuada dos trabalhadores da PMF e da COMCAP;
- Unificar PMF e Comcap em torno das pautas em comuns em defesa dos direitos das classes trabalhadora!
- Construir uma agenda regional de formação itinerante passando pelo local de trabalho-aprovada;
- Que o Sintrase organize momentos de acolhimento e apresentação do sindicato, sua história, conquistas e plano de lutas a aqueles que se efetivam na prefeitura;
- Fazer o debate e a formação política sobre gênero e raça;
- Fortalecer os setoriais de LGBTQIA+ , negros, gêneros , indígenas nos debates de formação dos conselhos deliberativos , realizar eventos sobre a temática abertos para toda a categoria.



MAGISTÉRIO

- Pagamento do piso nacional do magistério na carreira com inclusão das tabelas em todas as tabelas salariais, níveis e classes de aperfeiçoamento!;
- Contra a política de aprovação automática na educação, que não garante o processo de ensino-aprendizagem;
- Fim do livro ponto;
- Garantia de uma reunião pedagógica por mês letivo e que conte como efetivo trabalho escolar;
- Pagamento das promoções atrasadas;
- Hora-atividade de 50% para todos os Profissionais da Educação!;
- Por uma organização do trabalho pedagógico democrática;
- Contra a Superlotação nas Salas de Aula da Educação Infantil e Educação Fundamental! Que Mandados Judiciais sejam cumpridos nas unidades educativas sem exceder o limite de crianças por sala, conforme a legislação municipal vigente;
- Contra a contratação de Estagiários para atuar na Educação Infantil! Estágio é para qualificar a formação, não para sucatear o atendimento, legitimando a superlotação nas salas de aula;
- Contra a presença Militar em todas as instâncias da Educação;
- Em defesa de uma Educação de Jovens e Adultos (EJA) com as mesmas condições de trabalho que o ensino regular, com Equipe Pedagógica, profissionais auxiliares e lotação mínima de efetivos para todos os Polos e Núcleos;
- Propor na educação que os espaços físicos (construção de novos ou reformas), contemplem a existência de espaço apropriados para a realização do trabalho pedagógico em todas as áreas do currículo escolar.



PMF

- Passagem das auxiliares de sala para o quadro do magistério. Pela criação do cargo de Professora Auxiliar de Sala, com os mesmos direitos dos/as demais professores/as;
- Lutar para aumentar o tempo de formação continuada dos auxiliares de classe com garantia de substituição;
- Passagem dos ACS e ACE's para o regime estatutário, conforme a emenda constitucional 51/2006 e lei federal 11350/2006 que dita a carreira;
- Luta pela Aposentadoria Especial para todos os cargos do Magistério, incluindo Profissionais Auxiliares e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- Auxílio Alimentação correspondente a 30 dias;
- Pelo cumprimento do decreto de lotação e remoção e concurso de remoção;
- Inclusão dos trabalhadores das unidades de atendimentos ao público da secretaria de saúde que estão expostos à insalubridade e não a percebem;
- Pela garantia de Equipes de Referência Completas durante todos os períodos nos locais de trabalho da Assistência Social;
- Pelo cumprimento da Portaria 3124/2012 e 256/2013 em relação aos parâmetros “máximo e mínimo” das equipes NASF;
- Pela Garantia da gratificação do PSF incorporada na carreira e pelo pagamento da gratificação incorporada;
- Contra o programa “LISTA DE PACIENTES” e do “SISTEMA DE ACREDITAÇÃO EM SAÚDE”;
- Pela reconstrução e recuperação de todos os setores hoje terceirizados pela PMF tais como a Secretaria de Obras, Habitação entre outras;
- Contra o voluntariado sanguíneo na Assistência Social;



COMCAP

- Lutar por investimentos que garantam o funcionamento da COMCAP em todas as áreas e dobrar o orçamento investido anualmente;
- Corrigir os percentuais da Carga Horária de Trabalho (ACT, Cláusula 44ª, § 2º);
- Renovação da frota da coleta e dos equipamentos para operacionais a cada 3 (três) anos;
- Em defesa da estatização da Comcap;
- Contra o sucateamento da frota e demais ferramentas de trabalho e EPI's;
- Mais Vagas para o Concurso Público!;
- Equipes Completas de acordo com o quantitativo de trabalho!;
- Eleição para Gerentes/Coordenadores e/ou encarregados, sem conchavo com o patrão!;
- Gerência de todo o resíduo sólido, inclusive a destinação final sob o controle da Comcap;
- Comcap 100% Pública e estatal!;
- Concursados novos com os mesmos direitos históricos de toda a categoria
- Revogação da Lei da Autarquia;
- Contra toda terceirização de serviços;
- Redução da jornada para 30 horas semanais sem redução salarial;
- Investimentos na coleta Seletiva e Convencional;
- Construção das estações de transbordo no Norte e Sul da ilha;



CIVIL

- Concurso público para todas as áreas e em todos os níveis;
- Cotas para negros e negras e indígenas nos concursos de efetivação e contratos temporários;
- Fim das terceirizações, OSs e PPPs;
- Pela revogação da lei das OSs;
- Municipalização dos almoxarifados e da zona azul;
- Eleição direta para as coordenações dos postos de saúde e manutenção das eleições diretas nos locais de trabalho da assistência social e educação;
- Contra os cortes no orçamento destinados aos investimentos, melhorias e manutenção em todos os setores, notadamente naqueles mais atingidos como saúde, assistência social, educação, obras, Comcap: mais investimentos no serviço público;
- Pelo fim dos parcelamentos dos fundos de previdência dos servidores públicos municipais e pagamento em dia da parte patronal.
Contra fundo complementar de previdência;
- Contra o fechamento dos locais de trabalho em todos os setores e com equipes completas em todas unidades de trabalho;
- Contra o fechamento dos CRAS e CREAS e pela ampliação do serviço de assistência social;
- Pelo direito de manifestação nos locais de trabalho;
- Fim do assédio moral e perseguições políticas nos locais de trabalho! Por uma política de saúde dos trabalhadores;
- Por uma política de saúde dos trabalhadores. Contra a privatização da perícia;
- Pagamento da parte restante do PCCV do quadro civil e PCS dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Controle de Endemias;



RESOLUÇÃO MOÇÕES

MOÇÃO DE REPÚDIO AO RACISMO PRESENTE NO CONTEÚDO DO CONCURSO DA PMF

Vimos por meio deste repudiar a omissão dos negros e indígenas nos conteúdos do concurso da PMF edital número 002/2019 na parte aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais. Incluir os povos negro e indígenas nos conteúdos e na história oficial da cidade e no site da PMF é um passo pequeno, mas inicial, no reconhecimento da resistência no período da escravidão e da luta contra o racismo nos dias de hoje.

MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLICIAL

Moção de repúdio à violência policial nas comunidades periféricas da Grande Florianópolis e a política de toque de recolher nos espaços públicos de convivência.

MOÇÃO DE REPÚDIO À EXONERAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CRAS RIO TAVARES

Repudiamos a exoneração da coordenadora do CRAS Rio Tavares, eleita democraticamente em processo conquistado pela luta da categoria. Exigimos respeito a eleição dos trabalhadores do CRAS e o reestabelecimento dos critérios democráticos para escolha das coordenações. Contra o autoritarismo na política da assistência social.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO PRESIDENTE DA COMCAP, MÁRCIO LUIZ ALVES

Os delegados e delegadas ao X Congresso do SINTRASEM repudiam a posição antissindical do presidente da COMCAP de liberar apenas os delegados natos ao congresso, impedindo os delegados eleitos de participar com alegações de falta de pessoal para a limpeza da cidade.

O problema da limpeza pública na cidade se resolve com investimentos em equipamentos e com a realização de concurso público para suprir o déficit no quadro de pessoal e não impedindo os trabalhadores de participar da sua organização sindical.

MOÇÃO DE APOIO À LUTA POR MORADIA

Os delegados e delegadas presentes ao X congresso do SINTRASEM, manifestam seu apoio e solidariedade aos trabalhadores que lutam por moradia.

Florianópolis possui um dos custos de vida mais caro do país e um déficit habitacional no município de 14.847 unidades habitacionais, segundo a Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério das Cidades. Dados muito diferente do número 7.852 unidades divulgados pela Prefeitura de Florianópolis através do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Todo apoio as ocupações em defesa de casa para as famílias sem-teto!

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA ZONA AZUL EM DEFESA DOS POSTOS DE TRABALHO

Com uma dívida de R\$ 21 milhões aos cofres públicos, a empresa Dom Parking teve o seu contrato encerrado com a Prefeitura de Florianópolis dia 13 de setembro de 2019. A empresa não repassava o dinheiro ao município e não cumpria com as obrigações com seus 186 trabalhadores, como pagamento do FGTS e do INSS.

Hoje os trabalhadores não conseguem nem acessar o seguro desemprego, pois formalmente não foram demitidos e não sabem se receberão salário no fim do mês.

Os delegados e delegadas presentes ao X Congresso do SINTRASEM apóiam a luta em defesa dos postos de trabalho e pelo imediato pagamento de todas as verbas e indenizações trabalhistas imediatamente, assim como municipalização de todo o sistema de zona azul de Florianópolis!

PELO ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS CRIMINAIS CONTRA RENÊ MUNARO

Os delegados do X congresso do SintraseM, reunidos nesta data resolvem encaminhar a seguinte moção de pedido de extinção/ arquivamento dos processos 0019584-82.2016.8.24.0023 (contra Renê Marcos Munaro) e 0004879-98.2018.8.24.0091 (contra João Tomaz de Oliveira filho).

Ao juiz de Direito do Juizado Especial Criminal do Fórum Eduardo Luz- Florianópolis-SC: tramita neste juizado especial criminal os processos em epígrafe. Ambos os indiciados são filiados do SintraseM, ambos estão sendo acusados pelo MP-SC, na representação da procuradora Ana Paula Cardoso Teixeira, por ações em atividades de greve: Renê, atual presidente do sindicato e ao tempo do suposto fato membro do comando de greve, por lesão corporal, quando na realidade foi vítima de guardas municipais que aspergiram gás de pimenta em seu rosto e em seus companheiros no ano de 2016; e João, acusado de desacato autoridade, na ocasião espancado pela PM na manifestação dentro da Câmara de Vereadores de Florianópolis contra a aprovação da Lei das OSs no ano de 2018.

A perseguição penal contra dirigentes da categoria dos municipais de Florianópolis e contra qualquer trabalhador e trabalhadora que luta pelos seus direitos em qualquer parte do país e do mundo afronta o direito a livre organização e manifestação e ao direito de greve insculpidos na constituição pátria (artigo 9) e no pacto de São José da Costa Rica (artigo 13).

São descabidas e afrontam as liberdades democráticas as denúncias e a continuidade dessas ações penais que, longe de almejar a punição pelo cometimento de crimes que assolam a sociedade, têm a sanha de criminalizar e reprimir a legítima defesa dos interesses dos que são vilipendiados dioturnamente em suas conquistas sociais mais mezinhas.

MOÇÃO DE APOIO AO TRABALHADOR DA PME, ALFEU GOULART

Nós delegados e delegados do X Congresso do SINTRASEM realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro o corrente, nos solidarizamos com o companheiro Alfeu Goulart, que tem seu emprego ameaçado por um processo administrativo e passa por problemas graves de saúde decorrentes das condições de trabalho a que está submetido.

MOÇÃO DE APOIO À GREVE ESTUDANTIL NA UFSC

Os delegados e delegadas presentes ao X congresso do SINTRASEM saúdam a importante greve estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em defesa da manutenção da universidade pública e gratuita contra os cortes no orçamento e da gestão da universidade.

A UFSC, maior universidade federal do estado, já não encontra mais alternativa de controle de gastos. Noventa e cinco trabalhadores terceirizados da limpeza e segurança foram demitidos e casos de roubo já está sendo registrados. Os cortes também atingem as bolsas de pesquisa de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A Capes, responsável por manter a maior parte das bolsas de pesquisa do país terá seu orçamento cortado pela metade. Em 2020 receberá somente R\$ 2,2 bilhões – muito longe dos R\$ 4,3 bilhões previstos para 2019. O corte vai prejudicar pesquisas e projetos de extensão que beneficiam toda a população brasileira.

Em defesa da educação pública, os estudantes estão em greve desde dia 10 de setembro, a eles e aos que resistem aos ataques do Bolsonaro a nossa solidariedade!

MOÇÃO DE APOIO AO TRABALHADOR DA EMBRAER

O Sintrasem manifesta apoio aos trabalhadores da EMBRAER que foram agredidos pela PM de SP no piquete de greve, tendo um trabalhador detido e levado para a Delegacia da PF.

Repudiamos esta ação repressiva e violenta que feriu o direito de greve e as liberdades democráticas. A luta dos metalúrgicos da Embraer é por aumento salarial e em defesa dos direitos. É uma luta legítima. Nunca será um caso de polícia.

Diante disto, é preciso repudiar o comportamento da Embraer que se utiliza da violência policial para atacar um movimento grevista legítimo.

ABAIXO AO FUTURE-SE

Manifestantes nosso apoio e solidariedade aos estudantes em greve na Universidade Federal de Santa Maria na luta contra o projeto de privatização Future-se e contra os cortes orçamentários.

PELA LIBERDADE DE ESCOLHA E AUTONOMIA DOS CORPOS

Garantir o debate e políticas públicas que reafirmem o respeito e a autonomia em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres:

- Não constrangimento em relação às práticas sexuais e reprodutivas;
- Liberdade de escolha e autonomia dos corpos;
- Em defesa da descriminação do aborto – Aborto livre, legal e seguro.

MOÇÃO CONTRA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA BAHIA

Repudiamos a privatização da educação no estado da Bahia via Organizações Sociais (OSs). A proposta foi apresentada na portaria 770/2019 de 9 de setembro por Rui Costa do Partido dos Trabalhadores.

MOÇÃO DE LIBERDADE PARA DANIEL RUIZ! FIM DA PERSEGUIÇÃO A TODOS OS LUTADORES!

Daniel Ruiz é operário petroleiro, dirigente sindical e membro da direção do PSTU argentino. Foi detido pelo governo Macri sob acusação de haver participado e ajudado a organizaras enormes mobilizações dos trabalhadores argentinos contra Reforma da Previdência em dezembro de 2017. Daniel Ruiz é um dos mais conhecidos dirigentes sindicais estão fazendo com que se abaixem os braços. O governo reacionário de Macri quer impor medo a todos os lutadores. Não conseguiu e não conseguirá. Os trabalhadores e trabalhadoras reunidos no X Congresso do SintraseM repudiam sua prisão e a perseguição a todos os dirigentes sindicais argentinos.

MOÇÃO PELA LIBERDADE DE LUÍSA HANUNE

Desde o último dia 9 de maio, a secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia, Louisa Hanoune, encontra-se presa por decisão do Tribunal Militar de Blida, após atender convocação a prestar depoimento como testemunha. Essa prisão é injustificada sob todos os pontos de vista.

Louisa Hanoune é uma militante de larga trajetória na Argélia, tendo sido candidata pelo seu partido a presidente da república em três oportunidades – em 2004 foi a primeira mulher argelina a candidatar-se a esse posto, em 2009 e em 2014 -, além de deputada da Assembleia Nacional por cinco mandatos consecutivos desde 1997. Louisa é também uma das coordenadoras do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

A sua prisão por um tribunal militar ocorreu às vésperas de grandes manifestações de massa pelo “fim do sistema” que ocupam as ruas de Argel e outras cidades do país todas as sextas-feiras desde 22 de fevereiro passado, com o povo argelino expressando de forma contundente a sua vontade de construir uma democracia verdadeira. Muitas já são as vozes que se levantam na Argélia e outros países, independente da opinião política de cada um, contra essa arbitrariedade.

Os delegados e delegadas presentes ao X Congresso do SINTRASEM se somam a elas na exigência de anulação da condenação política de 15 anos de prisão feita no tribunal militar de Blida. Liberdade imediata e incondicional de Luisa Hanune!

SOLIDARIEDADE COM O SINDICATO DA SEGURID SOCIAL DE EL SALVADOR

O novo ministro do trabalho, Rolando Castro, um ex-sindicalista, iniciou uma cruzada contra o Sindicato de Trabalhadores do Instituto Salvadorenho de Previdência Social – STISSS. Utilizando-se do aparelho do Estado e com manobras “legais”, organizou um golpe de Estado contra a direção do sindicato. Esta direção, que havia sido eleita através de assembleia geral em 2018, foi destituída e expulsa da organização. Baseando-se numa assembleia inexistente com o apoio de credenciais “legais” do Ministério de Trabalho uma liga de marionetes comandada por Ricardo Monge, um velho burocrata sindicalista, controlam arbitrariamente hoje a direção do sindicato.

Na tarde de 10 de setembro, com furadeiras em mãos, um grupo de supostos sindicalistas invadiu à força a sede do sindicato na cidade de Santa Ana. O primeiro passo deste plano é destruir ou converter o sindicato num instrumento frágil, justamente o mais representativo da luta contra as privatizações nos últimos 20 anos. Não duvidamos que existam intenções do capital de eliminar tudo que for um obstáculo para seus planos privatizantes.

A Luta histórica do STISSS:

Na década do 2000, foi a heroica luta dos trabalhadores da saúde e todas as alianças com as organizações dos explorados o que freou a privatização da saúde. Porém, esta só pôde triunfar a partir de utilização dos métodos tradicionais e revolucionários da classe operária: a greve e as mobilizações de massas.

Foi em 2001 o último ano no qual El Salvador pôde ver as maiores mobilizações desde o fim da guerra. O sindicato que esteve à frente destas maravilhosas e inspiradoras mobilizações foi o STISSS, sindicato que agora está sendo atacado pelo governo.

Governo cúmplice dos ataques:

Recusamos os ataques contra o STISSS que são realizados pelo nefasto Ministro do Trabalho, traidor dos interesses da classe trabalhadora. Condenamos suas ações e nos solidarizamos com o sindicato, um ataque ao STISSS é um ataque a toda a classe operária em seu conjunto. Chamamos às organizações sociais e sindicais a manifestar-se na contramão destas ações reacionárias do governo de Nayib Bukele.

Em seus primeiros 100 dias o presidente tem-se gabado de abastecer de medicamentos os hospitais do sistema de saúde público. Superficialmente isto parece bom, mas um sistema de saúde como o nosso, deficiente, não será reparado com doações e medidas cosméticas. Para que possa haver um sistema de saúde de qualidade e acessível, deve-se mexer nos interesses das grandes empresas farmacêuticas, hospitais privados e construtoras. Porquê, o que de fato é necessário, são recursos e isso não está nas mãos dos explorados, mas nas mãos dos capitalistas.

A ofensiva do governo contra os trabalhadores está moldada num plano de austeridade, seguindo as determinações do FMI que tem recomendado cortar despesa social (eliminação de programas como Jovens Com Todo e Cidade Mulher) e reduzir o Estado, demitindo funcionários da televisão nacional e secretarias antes existentes, sem garantir o direito a emprego desses trabalhadores. A tudo isto o Ministério do Trabalho comandado por Rolando Castro, guarda um silêncio lúgubre. Agora o ataque ao STISSS não pode estar fora de uma ofensiva que pretende entregar ao capital a saúde pública.

O sindicato deve aprofundar as jornadas de ação nacional e o chamado à solidariedade internacional. Convocar mobilizações em frente ao ministério de trabalho para obrigar ao ministro e ao governo de Nayib Bukele a retroceder em sua ofensiva.

Chamamos à solidariedade nacional e internacional para deter a ofensiva reacionária contra nossos colegas de classe. Não só está sendo atacado o sindicato, mas também nossas conquistas democráticas conseguidas através da luta revolucionária. Exigimos o reconhecimento da direção democraticamente eleita pelo Ministério de Trabalho. Assinalamos que esta é também uma ameaça privatizante ao sistema de saúde pública que afetará a todas as classes exploradas. Defendamos a saúde pública, expulsemos as mãos privadas de nossos recursos e instituições públicas.

Só a luta organizada e combativa poderá deter estes ataques. Devemos batalhar por nossas conquistas contra o capital e seu governo traidor e servil. Respeito ao STISSS! A classe operária em pé de luta! Por um sistema de saúde público e gratuito para todos e de qualidade! Fora Rolando Castro do Ministério de Trabalho!



SINTRASEM • SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
RUA FERNANDO MACHADO, 203 | CENTRO | CEP: 88020-130 | CNPJ: 80.674.567/0001-82
FONE: (48) 3223-4149 | E-MAIL: sintrasem@sintrasem.org.br | SITE: www.sintrasem.org.br